



ANCED

*Associação Nacional dos Centros de
Defesa da Criança e do Adolescente*

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

ANCED 2024

SUMÁRIO //

04

APRESENTAÇÃO

05

AÇÕES DE
DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL

REUNIÕES BIMENSAIS:
NÚCLEO DA COORDENAÇÃO
E TROCA

06

MOBILIZAÇÃO DE
RECURSOS:
FORTALECENDO A
SUSTENTABILIDADE DA
ANCED

07

GT DE FORMAÇÃO
POLÍTICA: CAPACITANDO A
REDE PARA A DEFESA
ESTRATÉGICA

CURSO LITÍGIO ESTRATÉGICO
PARA A REDE CEDECAS-ANCED

08

FOTOS DAS REUNIÕES
DE GT DE FORMAÇÃO
POLÍTICA

09

SOLIDARIEDADE EM
AÇÃO: RESPOSTA À
CRISE NO RIO GRANDE
DO SUL

10

VISITAS AOS CEDECAS

11

FILIAÇÃO DO CEDECA
SANTA CATARINA

12

PRÉ-SESSÃO DO BRASIL
NO COMITÊ DAS
CRIANÇAS DA ONU -
GENEVA

LIVE “DIREITOS DA INFÂNCIA
E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

13

LIVE “DESAFIOS PARA
PROMOÇÃO DOS DIREITOS
INFANTOJUVENIS”

COMITÊ DOS DIREITOS DA
CRIANÇA DA ONU

ELEIÇÃO DO CONANDA

14

PARTICIPAÇÃO NO GRUPO
DE TRABALHO - GT DO
SISTEMA SOCIOEDUCATIVO
DO CONANDA

PARTICIPAÇÃO NA REDE DE
COALIZÕES SUL NO PARAGUAI

15

CASO JOHNATHA

REUNIÃO COM A
MINISTRA DOS DIREITOS
HUMANOS E CIDADANIA

16

ENCONTRO
PREPARATÓRIO PARA O
III CONGRESSO
BRASILEIRO DE
ENFRENTAMENTO À
VIOLÊNCIA SEXUAL

17

MOBILIZAÇÃO DE
ADOLESCENTES PARA
OFICINA SOBRE
VIOLÊNCIAS NO AMBIENTE
DIGITAL

PARTICIPAÇÃO NAS
REUNIÕES DE REDES

18

PARTICIPAÇÃO NA
AUDIÊNCIA PÚBLICA
SOBRE O PLANO
NACIONAL DE
PROTEÇÃO

19

ELABORAÇÃO DE
NOTAS PÚBLICAS

20

AÇÕES JUDICIAIS
PROTAGONIZADAS
PELA ANCED

22

ANCED COMO AMICUS
CURIAE NA DEFESA
RESOLUÇÃO 258 DO
CONANDA

APRESENTAÇÃO

Em 2024, a Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (ANCED) reafirmou seu compromisso inabalável com a proteção e a promoção dos direitos de crianças e adolescentes em todo o Brasil. Nossa missão de contribuir para a implementação integral da Política de Garantia de Direitos, assegurando o acesso à justiça e a efetivação dos Direitos Humanos, guiou cada ação e iniciativa.

Este relatório detalha os avanços significativos que alcançamos ao longo do ano. Fortalecemos a formação política com as equipes dos CEDECA's associados, ampliamos nossa presença nos debates nacionais e internacionais, e intensificamos nossos esforços na defesa intransigente dos direitos humanos. Enfrentamos desafios complexos, como a escassez de recursos e os retrocessos nas políticas públicas, mas permanecemos firmes no nosso propósito de construir uma sociedade democrática e sustentável, onde cada criança e adolescente tenha seus direitos respeitados e garantidos.

Desde 1994, a ANCED tem sido uma voz ativa e estratégica no enfrentamento das graves violações de direitos humanos. Em 2024, demos passos importantes para interromper o ciclo de exclusão que afeta especialmente grupos historicamente marginalizados, como crianças, adolescentes e mulheres negras, indígenas, ribeirinhas, ciganas e imigrantes.

Convidamos todas e todos a conhecer as ações e os resultados que juntos construímos. Este relatório é um testemunho do nosso trabalho coletivo e da nossa dedicação à causa da infância e da adolescência no Brasil.

AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A construção é coletiva!

Durante o ano de 2024 consolidamos as reuniões bimensais como uma forma de coletivizar as ações da ANCED, troca de experiências entre CEDECAs e alinhamento da incidência nacional e internacional. Priorizamos a comunicação regular, o compartilhamento de conhecimento e o alinhamento de ações para maximizar nosso impacto na defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Reuniões Bimensais:

Núcleo da Coordenação e Troca

A As reuniões bimensais foram consolidadas como um espaço fundamental para a coordenação das ações da ANCED, a troca de experiências entre os CEDECAs e o alinhamento da incidência nacional e internacional. Em 2024, realizamos seis encontros virtuais, que proporcionaram:

- Coordenação Estratégica: Planejamento e avaliação conjunta das ações da ANCED, garantindo uma atuação unificada e eficiente.
- Troca de Experiências: Compartilhamento de boas práticas, desafios e lições aprendidas entre os CEDECAs, fortalecendo a rede e promovendo o aprendizado mútuo.
- Alinhamento da Incidência: Discussão e definição de estratégias de incidência política em nível nacional e internacional, amplificando a voz da ANCED e influenciando as políticas públicas.

Detalhes das reuniões:

1. 01/02 - Reunião Geral ANCED: Encontro inicial do ano para alinhamento geral das atividades, planejamento estratégico e definição de prioridades para 2024. Foram discutidos os desafios e oportunidades para a defesa dos direitos da criança e do adolescente no contexto atual.
2. 11/04 - Reunião Geral ANCED: Foco na avaliação das ações em andamento, discussão sobre a conjuntura política e seus impactos nos direitos da infância e adolescência. Houve também espaço para troca de informações sobre as atividades de cada CEDECAs.
3. 22/05 - Oficina de Alinhamento e Preparação para Avaliação do SINASE: Oficina preparatória para a avaliação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Foram discutidos os instrumentos de avaliação, metodologias e estratégias para incidência no novo plano.

4. 05/09 - Reunião Geral ANCED: Encontro para acompanhamento das ações do primeiro semestre, discussão sobre a participação da ANCED em debates nacionais e internacionais, e planejamento das atividades para o segundo semestre.

5. 07/11 - Oficina sobre Protocolo de Segurança: Oficina com foco na elaboração e revisão de protocolos de segurança para as atividades dos CEDECAs. Foram abordados temas como segurança digital, proteção de dados e prevenção de riscos.

6. 07/11 - Reunião sobre a Incidência Nacional da ANCED: Reunião dedicada à discussão e planejamento da incidência política da ANCED em nível nacional. Foram definidos os temas prioritários, as estratégias de atuação e os parceiros estratégicos.

Mobilização de Recursos: Fortalecendo a Sustentabilidade da ANCED

Em 2024, a ANCED intensificou seus esforços na mobilização de recursos, buscando fortalecer sua sustentabilidade financeira e ampliar o impacto de suas ações em defesa dos direitos da criança e do adolescente. Apesar de alguns projetos não terem sido aprovados, o engajamento coletivo e a persistência foram fundamentais para o avanço institucional.

Principais Iniciativas:

- **Projetos Submetidos ao Fundo Brasil de Direitos Humanos:** Foram elaborados e submetidos dois projetos detalhados aos editais do Fundo Brasil de Direitos Humanos.
- **Participação no Lançamento da Save the Children Brasil:** A ANCED marcou presença no lançamento da Save the Children Brasil, realizado em 28 de fevereiro no Rio de Janeiro. Essa participação estratégica permitiu fortalecer parcerias e explorar novas oportunidades de financiamento e colaboração.
- **Gestão dos Mini Projetos da Rede de Coalizões Sul (RCS):** A ANCED gerenciou com sucesso dois mini projetos da Rede de Coalizões Sul (RCS), financiados pela Save the Children e Kerk in Actie (KIA). Esses projetos tinham como objetivos fortalecer o trabalho em rede da RCS através de ações de promoção da participação infantojuvenil, enfrentamento à violência sexual, aumento do debate público sobre as mudanças climáticas e diálogos com organizações de base de fé.

Impacto e Próximos Passos:

A mobilização de recursos é um processo contínuo e essencial para a ANCED. As iniciativas realizadas em 2024, mesmo com os desafios enfrentados, fortaleceram a rede, ampliaram o reconhecimento da ANCED e abriram portas para futuras oportunidades. Continuaremos buscando ativamente recursos para garantir a sustentabilidade da organização e ampliar o alcance de nossas ações em defesa dos direitos da criança e do adolescente.

GT de Formação Política: Capacitando a Rede para a Defesa Estratégica

O Grupo de Trabalho (GT) de Formação Política desempenhou um papel crucial em 2024, promovendo a capacitação e o fortalecimento da rede de CEDECA's para a atuação estratégica na defesa dos direitos da criança e do adolescente. O destaque foi o Curso de Litígio Estratégico para a Rede CEDECA's-ANCED, uma iniciativa abrangente e de longo prazo.

Curso Litígio Estratégico para a Rede CEDECAs - ANCED

CURSO BÁSICO LITIGÂNCIA ESTRATÉGICA

Formação online via Google Meet, com carga horária de **24 horas**, destinado para os **23 Centros de Defesa** filiados à Anced.

 **INSCREVA-SE!**



Entre novembro de 2024 e março de 2025, foram realizados seis encontros do curso básico sobre Litigância Estratégica. O público-alvo foram colaboradores/as dos 23 CEDECAs filiados à ANCED. O curso está sendo ofertado na modalidade virtual, pela plataforma Google Meet, e é composto por dois módulos, totalizando oito encontros e 24 horas de

carga horária. Esta iniciativa conta com o apoio financeiro do CEDECA Sapopemba (SP)/Terre des Hommes/Cooperação Alemã e apoio executivo do CEDECA Glória de Ivone - TO. Os dois últimos encontros estão programados para o final de abril de 2025.

Conteúdo do Curso:

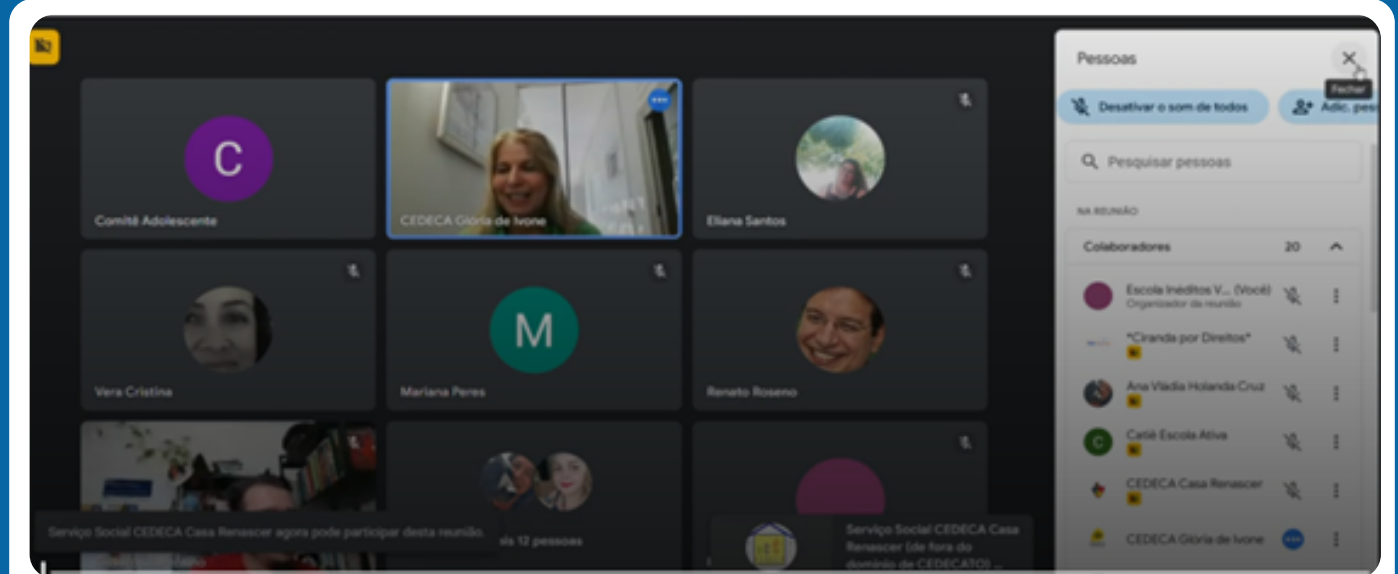
1. 21/11/2024 - Aula Inaugural: Neoliberalismo e gestão do Estado.
2. 05/12/2024: Litigância Estratégica e sua importância na conjuntura política.
3. 22/01/2025: O Estatuto da Criança e do Adolescente e seus desafios na atual conjuntura da sociedade.
4. 05 e 24/02/2025: Sistemas Internacionais de Direitos Humanos: Como litigar?
5. 12/03/2025: Proteção Jurídico Social e Litígio Estratégico.

Impacto e Continuidade

O Curso de Litígio Estratégico tem se mostrado fundamental para o aprimoramento das habilidades e conhecimentos da rede CEDECAs / ANCED, fortalecendo a capacidade de atuação em defesa dos direitos da criança e do adolescente. A continuidade do curso, com os dois últimos encontros em abril de 2025, demonstra o compromisso da ANCED com a formação contínua e o fortalecimento da rede.

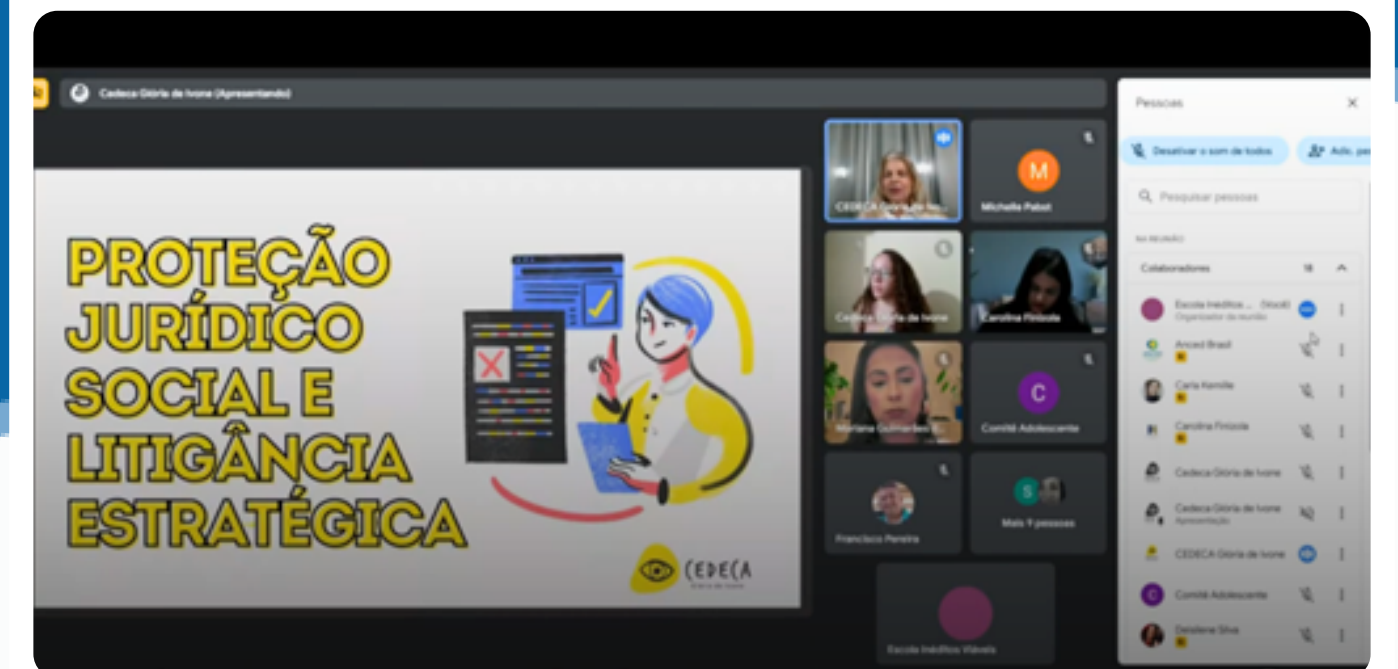
ANCED	
TEMA	DATA
Reformulação e gestão do Estado	21 de Novembro 2024 19h às 20h
Litigância Estratégica e sua importância na conjuntura política	05 de Dezembro 2024 19h às 20h
O Estatuto da Criança e do Adolescente e seus desafios na atual conjuntura da sociedade	22 de Janeiro 2025 19h às 20h
Sistemas internacionais de Direitos Humanos	05 e 24 de Fevereiro 2025 das 19h às 20h 12 de Fevereiro, 19h às 20h
Proteção Jurídico Social e Litígio Estratégico	12 de Março 2025 19h às 20h
TEMA	DATA
Litigância e Defesa da Infância para a conjuntura política social da conjuntura e contemporânea	12 de Março 2025 19h às 20h

22/1/2025 - O Estatuto da Criança e do Adolescente e seus desafios na atual conjuntura da Sociedade



05 e 24/2/2025 Sistema Internacionais de Direitos Humanos: Como litigar?

12/3/2025- Proteção Jurídico Social e Litígio Estratégico



Solidariedade em Ação: Resposta à Crise no Rio Grande do Sul

Em 2024, o Rio Grande do Sul enfrentou uma tragédia devastadora, com mais de 90% do estado afetado por chuvas intensas e uma resposta estatal insuficiente. Essa crise climática sem precedentes na história do estado e do Brasil impactou profundamente comunidades inteiras. Diante desse cenário, o CEDECA Proame, localizado em São Leopoldo e também atingido pela tragédia, mobilizou-se para uma atuação humanitária imediata.

O CEDECA Proame - São Leopoldo iniciou ações para apoiar famílias e crianças afetadas, trabalhando em rede para garantir os direitos das crianças desabrigadas e fortalecer sua proteção nesse contexto de extrema vulnerabilidade. Reconhecendo a urgência e a importância dessa resposta, a ANCED articulou o apoio da Save the Children Brasil às ações do CEDECA Proame em São Leopoldo.

Graças a essa articulação, a Save the Children Brasil ofereceu apoio financeiro e técnico, fortalecendo a capacidade do CEDECA Proame de atuar em um contexto de crise climática. Essa parceria permitiu ampliar o alcance das ações humanitárias e garantir um suporte mais efetivo às crianças e famílias afetadas pela tragédia.



Visitas aos CEDECAs

É de conhecimento de todos da rede de CEDECAs a situação financeira da ANCED, o que muitas vezes inviabiliza um contato mais próximo da Coordenação com os CEDECAS. No entanto, em 2024 conseguimos alinhar as sinergias e aproveitar agendas estratégicas para visitar alguns centros de defesas, conhecer suas realidades, trocar experiências e pensar possibilidades de intervenção.



17 de Janeiro - Participação no Planejamento do CEDECA Casa Renascer



26 de Junho - Visita ao CEDECA Proame e às comunidades atingidas pela tragédia



15 de Agosto - Visita ao CENDHEC e GAJOP



8 de outubro Encontro com CEDECA's de São Paulo



15 de novembro: Encontro da ANCED e CEDECAS de SP no G20 e eunião na organização Justiça Global

Filiação do CEDECA Santa Catarina

Na Assembleia de 03 de Julho houve a filiação do CEDECA Santa Catarina, organização da sociedade civil, voltada para a atuação nas políticas sociais de atendimento, em especial na proteção jurídico-social às crianças e adolescentes. O CEDECA - SC Tem como princípios, além da defesa à proteção integral, independência político-administrativa, erradicação de qualquer discriminação à pessoa humana, articulação com movimentos e lutas populares, bem como com órgãos governamentais, visando a ampliação de garantias de direitos humanos. A chegada do CEDECA - SC fortalece nossa rede e com isso a luta pela defesa de direitos no país!



AÇÕES EXTERNAS: INCIDÊNCIA, LITÍGIO, ARTICULAÇÃO E FORMAÇÃO

Pré-sessão do Brasil no Comitê das Crianças da ONU - Genebra



A ANCED participou da Pré-sessão de país do Brasil no Comitê das Crianças da ONU em setembro de 2024. Na ocasião apresentamos o relatório alternativo ao Estado brasileiro, fruto de uma grande articulação nacional liderada pelo CEDECA Rio de Janeiro com apoio de KNH e Save the Children.

Como prioridades destacamos o baixo investimento público nas políticas infantojuvenis, o enfrentamento à violência sexual, enfrentamento à tortura, sistema socioeducativo e violência policial. Denunciamos ainda os diversos projetos de leis que tentam implantar retrocessos legislativos para a garantia dos direitos infantojuvenis.

A estada em Genebra também propiciou agendas bilaterais para avançar nas pautas dos direitos no país, como o encontro com Organização Mundial de Combate à Tortura – OMCT, Subcomitê da ONU para enfrentamento à tortura e com a organização Child Rights Connect.

Live com o tema “Direitos da Infância e Mudanças climáticas (Los derechos de los niños y el cambio climático)”

12

No dia 04 de dezembro de 2024, a ANCED Brasil, em parceria com a Rede Coalizão Sul (RCS) e o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), realizou a live com o tema “Direitos da Infância e Mudanças climáticas (Los derechos de los niños y el cambio climático)”, com a participação do Luis Pedernera, vice-presidente do Comitê dos Direitos das Crianças das Nações Unidas (ONU) e de Mônica Alckmin, do Movimento nacional de Direitos Humanos (MNDH) e representando a Rede de Coalizão Sul (RCS).

Mediada por Mara Carneiro, representante do CEDECA Ceará e ANCED, a live teve como objetivo debater sobre direitos da infância e as mudanças climáticas, com foco no Comentário Geral 26 do Comitê dos Direitos da Criança, que apresenta orientações oficiais aos Estados sobre o que devem fazer para defender o direito de crianças e adolescentes a um ambiente limpo, saudável e sustentável.

EN VIVO 04/12 17H GMT-3

DIREITOS DA INFÂNCIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS
Los derechos de los niños y el cambio climático
@ancedbrasil

Luis Pedernera
Vicepresidente del Comité de los Derechos del Niño de Naciones Unidas (2023/2025)

Realização / Realización: ANCED, MNDH, Red de Coaliciones Sur. Apoio / Apoyo: kerk in actie.

Live está disponível clicando [aqui](#).

Live com o tema “Desafios para promoção dos Direitos Infantojuvenis: Diálogos entre organizações de base de fé e organizações laicas”

Com o objetivo de fomentar o diálogo e a colaboração, a ANCED Brasil, em parceria com a Rede Coalizão Sul (RCS) e o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), realizou em 28 de novembro de 2024 a live “Desafios para a Promoção dos Direitos Infantojuvenis: Diálogos entre Organizações de Base de Fé e Organizações Laicas”. O encontro virtual reuniu especialistas como Kezzia Cristina, Coordenadora de projetos na ONG Diaconia, Mônica Alckmin, Coordenadora geral do Movimento Nacional de Direitos Humanos, Débora Roque, advogada do CEDECA Sapopemba (SP) e Jozeli Rosa do Coletivo Brejo das Sapas e representando os povos de terreiro, para discutir estratégias e desafios na garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

Contribuições para o Comentário Geral nº 27 do Comitê dos Direitos da Criança da ONU

A ANCED, em uma importante colaboração com a Clínica de Litigância Estratégica e Interesse Público da UNICAP, ofereceu contribuições substanciais para o Comentário Geral nº 27 do Comitê dos Direitos da Criança da ONU. Este Comentário Geral é crucial, pois detalha os recursos legais e o acesso à justiça, elementos fundamentais para a garantia dos direitos da criança. A construção da contribuição contou com oficina com os CEDECA's e reuniões entre a Coordenação da ANCED e a Clínica de Litigância, resultando em um trabalho participativo e coletivo.

Eleição do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente | CONANDA

A ANCED se colocou como candidata para as eleições do Conselho Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes – Biênio 2025/2026 ocorrida em dezembro de 2025, por compreender a necessidade de fortalecimento da sociedade civil, do debate público e democrático, do papel do Conanda como órgão máximo, de gestão compartilhada, responsável pela definição das políticas para a infância e a adolescência no país e da pressão política para fazer avançar na agenda de direitos e evitar os retrocessos. A ANCED foi eleita como suplente no Eixo 1.



Participação no Grupo de Trabalho - GT do Sistema Socioeducativo do CONANDA

A ANCED foi convidada a compor o Grupo de Trabalho sobre o Sistema Socioeducativo do CONANDA. O GT tinha como objetivo elaborar diretrizes para a segurança integral dos adolescentes privados de liberdade. O resultado desse trabalho foi a aprovação da Resolução nº 252/24 que dispõe sobre as diretrizes nacionais para a segurança e proteção integral de adolescentes e jovens em restrição e privação de liberdade no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. O processo foi amplo e marcado por tensões, sobretudo com os representantes das gestões dos sistemas socioeducativos dos estados, representado no GT pelo FONACRIAD. Entre os diversos avanços da resolução, destaca-se o Art. 79. que trata do monitoramento e fiscalização das unidades privativas de liberdade, reconhecendo, entre outras, que as “organizações da Sociedade Civil de defesa de direitos humanos, incumbidas de prestar proteção jurídico-social, nos termos do art. 87” podem fazer visitas de inspeções e monitoramento.

Revisão do Plano Nacional do Sistema Socioeducativo

A ANCED foi convidada a compor a Comissão Temporária de Avaliação e Revisão do Plano Nacional do Sistema Socioeducativo. A referida Comissão realizou intenso trabalho durante o ano de 2024 para planejar as etapas estaduais que ocorreram em todo país. Como contribuição da ANCED fizemos a proposta de Salvaguarda para participação dos adolescentes nas rodas de diálogos e lutamos pela ampliação das representações de todos os segmentos da comunidade socioeducativa em todas as etapas de avaliação e construção do novo Plano.

Participação na Reunião Anual da Rede de Coalizões Sul no Paraguai

A ANCED esteve no Paraguai entre os dias 01 e 05 de abril para participar da Reunião Anual da Rede de Coalizões Sul. Na ocasião apresentamos o cenário de violação dos direitos da infância no Brasil e contribuimos com o debate para definir as prioridades de incidência na América Latina e Caribe. Por fim, participamos dos Conservatórios Regionais, agenda aberta ao público durante a reunião anual. Mara Carneiro representou a ANCED no Conservatório Regional sobre os Direitos de Crianças e Adolescentes, meio ambiente e mudanças climáticas ocorrido no dia 04 de abril.



Caso Johnatha

O Júri Popular do homicídio de Johnatha de Oliveira Lima, assassinado aos 19 anos de idade em Manguinhos (RJ), no dia 14 de maio de 2014, durante uma ação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) local.



A mãe do jovem, Ana Paula de Oliveira, protagonizou uma intensa mobilização social, que durante dois dias ocupou os corredores do Fórum do Rio de Janeiro, envolvendo familiares de crianças e adolescentes assassinadas por agentes do Estado, com a participação de representantes do CEDECA RJ e CEDECA CE e de familiares da chacina do Curió (Ceará).

Após quase dez anos do crime, infelizmente, o que se viu, no entanto, foi a repetição de um roteiro de injustiça, impunidade e racismo que caracteriza o julgamento de agentes de Estado no Brasil. Júri decide que PM foi o responsável pelo assassinato, mas não teve intenção de matar jovem. Foi caracterizado, assim, um homicídio culposo, sem intenção, e este tipo de crime não é de competência do Tribunal do Júri, que apenas pode julgar crimes dolosos contra a vida. Como o réu é policial militar, o assassinato de Johnatha passaria, então, para a Justiça Militar, reiniciando todos os ritos processuais.

Reunião com a Ministra dos Direitos Humanos e Cidadania (2/10/2024)

Em 2 de outubro de 2024, a ANCED, em conjunto com redes parceiras, participou de uma Reunião Híbrida com a Ministra dos Direitos Humanos e Cidadania. O encontro teve como objetivo central discutir o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, bem como buscar o apoio do MDHC para a realização do 3º Congresso Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual, previsto para 2025.

Nesta reunião, foram apresentadas as preocupações e desafios enfrentados na proteção de crianças e adolescentes contra a violência sexual, além de propostas e estratégias para fortalecer as políticas públicas e ações de enfrentamento. A participação da ANCED e das redes parceiras foi fundamental para levar as demandas da sociedade civil ao governo e buscar soluções conjuntas para essa grave questão.

Encontro Preparatório para o III Congresso Brasileiro de Enfrentamento à Violência Sexual (28 e 29/2/2024)

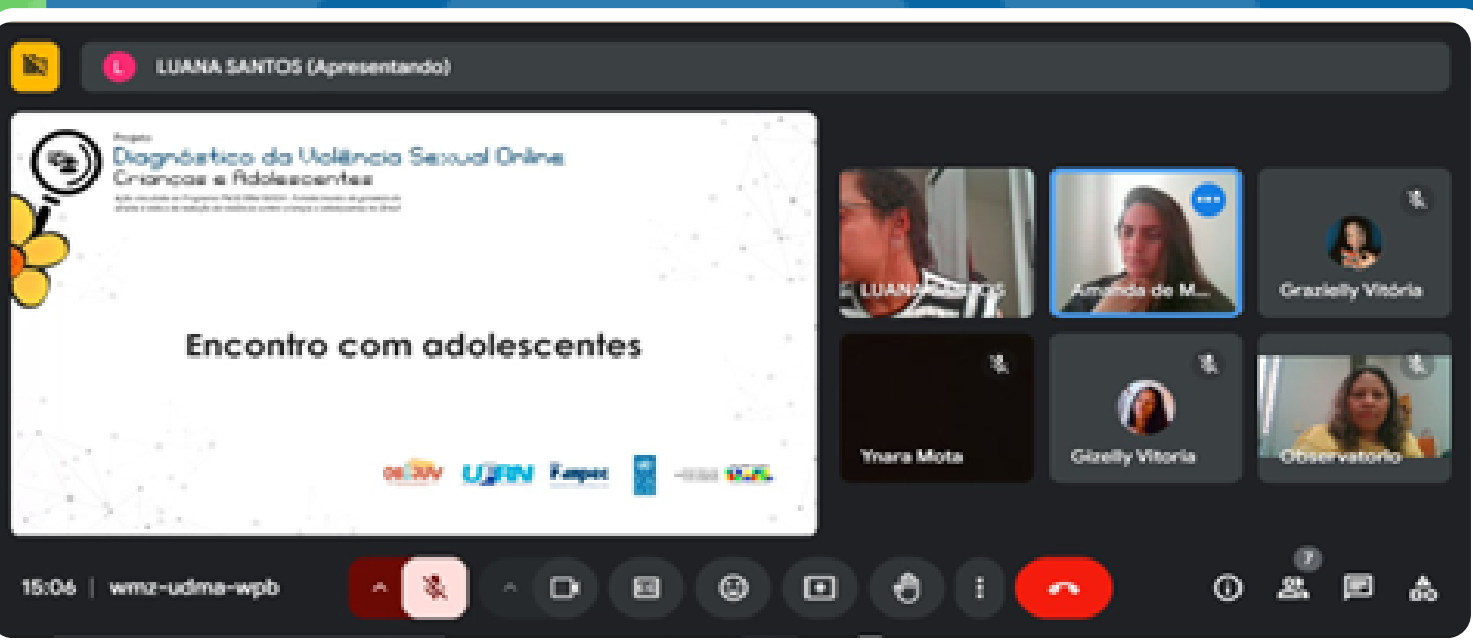
Nos dias 28 e 29 de fevereiro de 2024, a ANCED participou ativamente do encontro preparatório para o III Congresso Brasileiro de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. O evento, realizado em Brasília, reuniu diversas organizações e atores-chave para discutir e planejar as estratégias e temas que seriam abordados no congresso principal, previsto para 2025. Na oportunidade, a Rede ECPAT, ANCED e Comitê Nacional reuniram-se com o Ministro da Participação Social, Márcio Macedo para tratar da participação da sociedade civil nas pautas relacionadas à violência contra crianças e adolescentes.

A participação da ANCED neste encontro preparatório foi fundamental para garantir que as vozes e as perspectivas da rede de CEDECAs fossem ouvidas e consideradas na construção do congresso. Durante os dois dias de discussões, foram debatidos temas como revisão do plano nacional, a situação da violência sexual no Marajó e nos estados da Região Norte do Brasil, e foram estabelecidas as bases para a organização e o conteúdo do III Congresso.

A ANCED reafirmou seu compromisso com o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, e sua participação neste encontro preparatório demonstra a importância que a organização atribui a este tema e ao trabalho em rede para a sua superação.



Mobilização de Adolescentes para Oficina sobre Violências no Ambiente Digital



Em 2024, a ANCED promoveu a mobilização ativa de adolescentes dos CEDECAs para participarem da Oficina sobre Violências no Ambiente Digital. Esta importante iniciativa foi organizada pelo Observatório da População Infanto juvenil em Contextos de Violências, vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

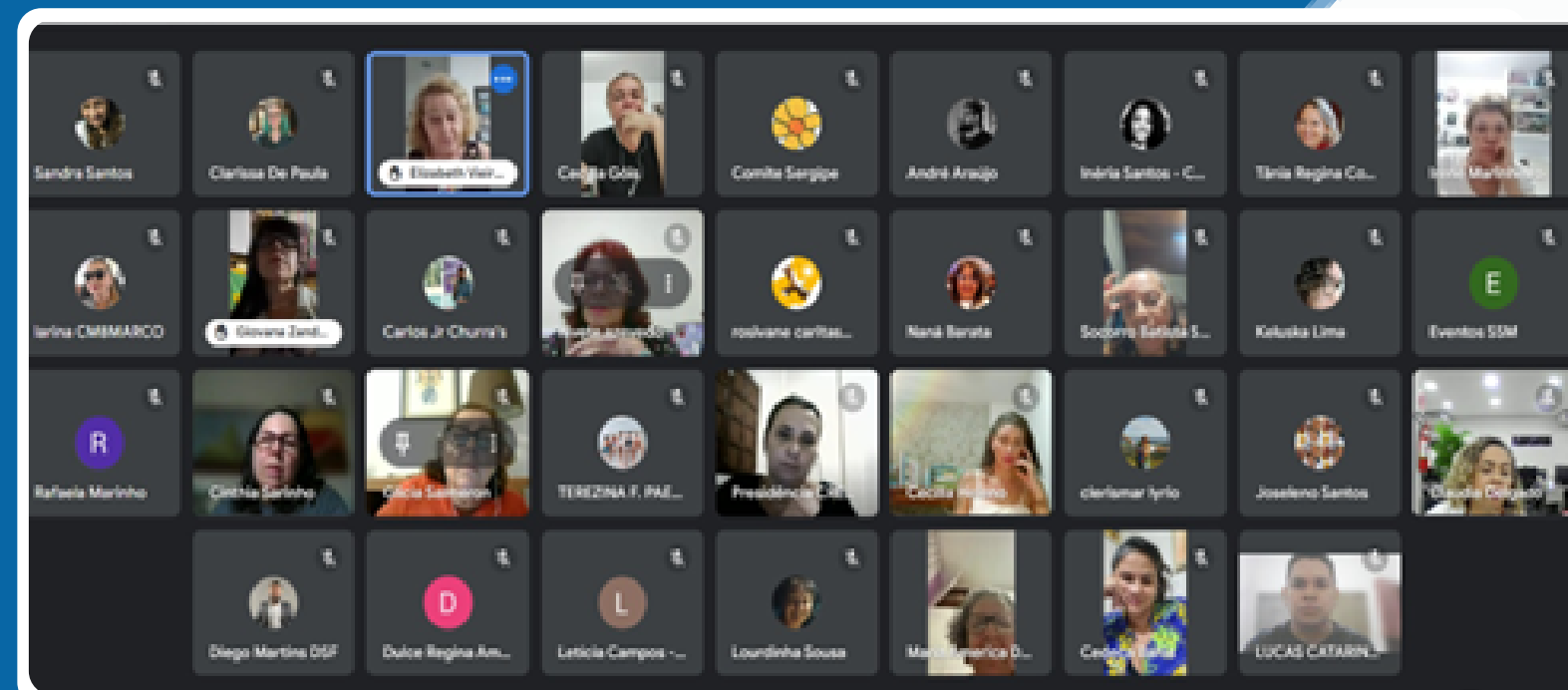
A oficina teve como objetivo central conscientizar os/as adolescentes sobre os riscos e desafios presentes no ambiente digital, bem como fornecer ferramentas e estratégias para a sua proteção e para a promoção de um ambiente online mais seguro e saudável. Através de atividades interativas e discussões relevantes, os participantes puderam aprofundar seus conhecimentos sobre temas como cyberbullying, assédio online, exploração sexual na internet e a importância da privacidade e da segurança de dados.

A ANCED reconhece a relevância de capacitar os adolescentes para lidarem com as questões do mundo digital de forma crítica e responsável. Acreditamos que, ao fornecer informações e recursos adequados, estamos contribuindo para a formação de cidadãos digitais conscientes e engajados na construção de um ambiente online mais seguro para todos.

Participação nas Reuniões de Redes

AAo longo de 2024, a ANCED manteve uma participação ativa e constante nas reuniões da Rede ECPAT BRASIL e do Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Essa atuação estratégica permitiu que a ANCED acompanhasse de perto as discussões, debates e decisões relacionadas ao tema, contribuindo com sua expertise e fortalecendo a articulação com outras organizações da sociedade civil e órgãos governamentais.

» Parceria com o IDDH para consulta pública para relatório da ONU sobre direito à educação



Participação na Audiência Pública sobre o Plano Nacional de Proteção

No dia 26 de novembro de 2024, a ANCED marcou presença na Audiência Pública realizada em Brasília, que teve como objetivo apresentar a proposta preliminar do Plano Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas. O evento foi promovido pelo Grupo de Trabalho Técnico Sales Pimenta e pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC).

A participação da ANCED nesta audiência pública foi de suma importância, pois permitiu acompanhar de perto as discussões e contribuições para a construção do plano. Acreditamos que a proteção dos defensores de direitos humanos, comunicadores e ambientalistas é fundamental para a garantia e promoção dos direitos de crianças e adolescentes, uma vez que muitos desses profissionais atuam na defesa dos direitos da infância e da adolescência.

A ANCED reafirma seu compromisso com a proteção dos defensores de direitos humanos e continuará atenta aos desdobramentos do Plano Nacional, buscando contribuir para sua efetiva implementação e para a garantia de um ambiente seguro e propício para a atuação desses profissionais.

Elaboração de Notas Públicas

Em 2024, a ANCED desempenhou um papel ativo na defesa dos direitos sexuais e reprodutivos de crianças e adolescentes através da elaboração e divulgação de diversas Notas Públicas. Essas manifestações visaram posicionar a organização em temas relevantes e urgentes, bem como fortalecer a articulação com outras entidades e a incidência política. Destacamos as seguintes Notas Públicas:

- Nota em Defesa da Dignidade da Mulher e por uma Sociedade sem Violências Sexuais: Elaborada em conjunto com a Rede ECPAT Brasil e o Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual, essa nota reafirmou o compromisso com a luta pela erradicação da violência sexual e a proteção da dignidade das mulheres.
- Manifestação Pública em Apoio à Resolução do CONANDA: Em parceria com a Rede ECPAT Brasil e o Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual, a ANCED manifestou apoio à Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) que visa fortalecer o fluxo de atendimento às vítimas e testemunhas de violências, garantindo um acolhimento adequado e a proteção de seus direitos.
- Nota Pública sobre o Direito de Crianças e Adolescentes à Interrupção da Gravidez em Situações de Violência Sexual: Em conjunto com a Rede ECPAT Brasil e o Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual, a ANCED publicou uma nota reforçando o direito de crianças e adolescentes à interrupção da gravidez em casos de violência sexual, conforme previsto na legislação brasileira.
- Nota de Repúdio à Conduta de Juíza do Estado do Tocantins: A ANCED manifestou publicamente seu repúdio à conduta de uma juíza do estado do Tocantins que realizou a oitiva de uma criança de forma inadequada, caracterizando violência institucional. A nota ressaltou a importância de um atendimento especializado e sensível às vítimas de violência.

Acreditamos que a elaboração e divulgação de Notas Públicas são instrumentos importantes para a defesa dos direitos de crianças e adolescentes, e a ANCED continuará atuando de forma ativa e vigilante na proteção desses direitos.

Ações judiciais protagonizadas pela ANCED

Ação Conjunta Contra Segregação Racial no Colégio Porto Seguro



Em 15 de abril de 2024, a Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (ANCED) e a EDUCAFRO BRASIL - Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes, com assessoria jurídica pro bono (atividade voluntária) oferecida pelo escritório MRE & L Marlon Reis, Estorilio & Léda Advogados Associados, protocolaram uma Ação Civil Pública (ACP) na 34ª Vara Cível de São Paulo. A ação busca indenização por danos morais coletivos contra o Colégio Visconde de Porto Seguro, denunciado por praticar segregação racial e social entre alunos bolsistas e pagantes.

A denúncia alega que os alunos bolsistas, que representam 17% do corpo discente nas cinco unidades do colégio, são submetidos a um sistema de "apartheid". Eles são alocados em unidades com infraestrutura inferior, enfrentam disparidades nas grades curriculares e atividades extracurriculares, e são privados do acesso aos currículos bilíngue e internacional oferecidos aos alunos pagantes. Além disso, os bolsistas são impedidos de entrar nas instalações das unidades dos pagantes sem autorização prévia e participam de eventos tradicionais em horários distintos.

A ACP argumenta que o Colégio Visconde de Porto Seguro, beneficiado com isenção fiscal por meio do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), viola a Lei do CEBAS (LC nº 187/2021), que proíbe qualquer discriminação ou tratamento diferenciado entre alunos bolsistas e pagantes. O artigo 27 da referida lei estabelece que "É vedada qualquer discriminação ou diferença de tratamento entre alunos bolsistas e pagantes".

Ações Civis Públicas contra Empresas que Distribuem Jogos com Sistemas de "Loot Boxes"

Também com apoio voluntário do escritório MRE & L Marlon Reis, Estorilio & Léda Advogados Associados, a ANCED é autora de 13 Ações Civis Públicas propostas em 2021 junto a Vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. As ações visam responsabilizar empresas que vendem e distribuem jogos com sistemas de "loot boxes", considerados jogos de azar embutidos, direcionados principalmente a crianças e adolescentes. As ACPs ainda aguardam julgamento.

ANCED como *Amicus Curiae* na Defesa Resolução 258 do CONANDA

22

Em 24/12/2024 a Senadora Damares Alves conseguiu uma decisão liminar em mandado de segurança, suspendendo os efeitos da Resolução nº 258/2024 do CONANDA, que trata do atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

Diante da repercussão negativa da decisão, advogadas e advogados de organizações da sociedade civil, inclusive as organizações que compõem o CONANDA, como é o caso do GAJOP(titular) e da própria ANCED (suplente), além de representações da OAB Federal e Defensoria Pública, constituíram um grupo de whatsapp com o objetivo de discutir estratégias e produzir recursos judiciais para contrapor a decisão.

A ANCED elaborou uma petição como pedido de amicus curiae ou “amigos da corte” ingressando no processo judicial (mandado de segurança) para fornecer subsídios, contribuir com elementos técnicos e informações relevantes ao caso de grande repercussão social.

Outras organizações também se habilitaram como amicus curiae, inclusive organizações ligadas a Senadora Damares.

A liminar foi cassada no dia 06/01/2025 por decisão do Desembargador Ney Bello (plantão do TRF-1) que acolheu o recurso de Agravo de Instrumento proposto pelo GAJOP, determinando a suspensão imediata da decisão da primeira instância, autorizando a publicação da Resolução 258/2024 do CONANDA.

O Desembargador registrou na decisão que a resolução trata do “fluxo de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual que buscam a interrupção legal da gestação” em casos de violência sexual, seguindo o que prevê a legislação.

“De onde observar ser minimamente razoável – em defesa de vulneráveis crianças e adolescentes vítima de abuso e estupro – lutar pela manutenção da violência adrede gerada, sustentando – por vias formais – a manutenção de uma gestação causada por um gesto violento, repugnante e atroz de um adulto? Como, em pleno século XXI sustentar a razoabilidade da não interrupção da gravidez em casos tais?”, questionou o desembargador.

“Volto a frisar que não se trata de gravidez optativa, fruto de sexo decidido, mas sim aquele fruto de estupro ou violência contra menor de idade [...]. Percebo que agiu corretamente o Conselho quando regulou a matéria legal, estabelecendo os pressupostos necessários à correta interrupção da gravidez quando fruto de abominável violência”, disse.

O processo retornou para primeira instância e a juíza Liviane Kelly Soares Vasconcelos, da 20ª Vara Federal Cível da Justiça Federal, concluiu que não caberia à senadora ingressar com o tipo de ação apresentada - um mandado de segurança. Ou seja, rejeitou o pedido por questões processuais.

“Analisando os autos com acuidade, observa-se que não há como o feito prosseguir, ante a ilegitimidade ativa da impetrante”, afirmou a magistrada.

“A impetrante não integra ou participa a qualquer título do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), de modo que não há interesse jurídico para que a parlamentar questione em juízo os atos do mencionado Conselho”, completou.

A Resolução 258 do CONANDA foi publicada e está em vigor. Mas há riscos concretos e novas ações judiciais com objetivo de continuar questionando a legalidade da Resolução e de enfraquecer o CONANDA.

COORDENAÇÃO COLEGIADA

Gestão 2023 - 2025

Laidylaura P. de Araújo | CEDECA Tocantins

Mara Carneiro | CEDECA Ceará

Pedro Pereira | CEDECA Rio de Janeiro

Apoio ao Relatório

Carla Kamile | CEDECA Ceará

Jack de Carvalho | CEDECA Ceará

Diagramação

Benício Sonni | CEDECA Ceará

anced@ancedbrasil.org.br

www.ancedbrasil.org.br



SGAN 914, Bloco F, Casa 5, Asa Norte

Brasília, DF – Brasil

CEP 70790-140